

Cidade e formas de precariedade: habitar como prática ontológica

Forms of urban precarity: dwelling as ontological praxis

Eduardo Álvarez Pedrosian

Universidad de la República

Montevideo, MO, Uruguay

eduardo.alvarez@fic.edu.uy

<https://orcid.org/0000-0003-1795-7792>

Vinícius Spira

Universidade de São Paulo

São Paulo, SP, Brasil

vinispira@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0001-2866-5704>

Recebido em: 30 de dezembro de 2023

Aceito em: 30 de janeiro de 2024

Resumo

Este artigo apresenta um modelo abrangente para analisar os processos de construção e ocupação de espaços urbanos, levando em consideração a presença de dois tipos de precariedade representados pelas favelas e bairros planejados. Por um lado, examina a forma como a cidade é construída internamente, através das práticas imanentes à vida social urbana. Por outro lado, aborda as transformações produzidas por fatores externos, constituídos antes ou além dos âmbitos urbanos por eles afetados. A reflexão busca um equilíbrio entre esses dois polos, evitando dicotomias e destacando a importância de não privilegiar uma modalidade em detrimento da outra. O estudo ressalta a necessidade de reconhecer a heterogeneidade e especificidade de cada contexto urbano, e explora as interações entre diferentes agentes envolvidos na produção de espaços, tempos e subjetividades.

Palavras-chave: Precariedade. Habitar Urbano. Subjetividade. Territorialidade. Espacialidade

Abstract

This article presents a comprehensive model for analyzing the processes of construction and occupation of urban spaces, taking into consideration the presence of two types of precarity represented by slums and planned neighborhoods. On one hand, it examines how the city is internally built through immanent practices within urban social life. On the other hand, it addresses the transformations produced by external factors, which exist before or beyond the urban realms they affect. The reflection seeks a balance between these two poles, avoiding dichotomies and emphasizing the importance of not favoring one modality over the other. The study highlights the need to recognize the heterogeneity and specificity of each urban context and explores the interactions among different agents involved in the production of spaces, times, and subjectivities.

Keywords: Precariousness. Urban Dwelling. Subjectivity. Territoriality. Spatiality

Introdução

As cidades podem ser vistas como “artefatos máximos” da produção da vida social e cultural, sendo continuamente produzidas como solução e recipiente dos problemas que as sociedades modernas colocam para si mesmas (Wagner, 2010). No entanto, sua escala e nível de consolidação muitas vezes enganam nossa capacidade de compreendê-las como resultado de um processo, como um saber-fazer sujeito a inúmeras variações e repetições. Neste ensaio, apresentamos uma reflexão etnográfica sobre a produção das cidades, tendo como ponto de partida duas modalidades opostas e complementares, que chamaremos de interna e externa à vida social que se desenrola diariamente nos contextos urbanos. Por um lado, falaremos sobre o processo de fazer-cidade que ocorre na imanência das práticas cotidianas e —e se baseia em parâmetros e referências presentes nos espaços urbanos; por outro lado, temos o fazer-cidade que depende de decisões tomadas, por assim dizer, antes ou fora da realidade dessas práticas, por meio de projetos arquitetônicos, legislação urbana, bem como poderes e saberes estabelecidos e consolidados de forma geral.

Quando uma das duas modalidades prevalece sobre a outra, surgem o que chamamos de tecidos urbanos precários. Considerando o imaginário das cidades modernas, podemos associar cada uma dessas modalidades a um tipo de tecido urbano: de um lado, as favelas; do outro, bairros ou conjuntos habitacionais rigidamente planejados, que se assemelham a maquetes, possuindo uma rigidez espacial que dificulta adaptações e mudanças da vida social em seu interior.

Neste artigo, usaremos essas imagens ou artifícios heurísticos como base para reflexão. No entanto, é importante ressaltar que os processos internos e externos de produção da vida urbana não devem ser imediatamente associados a nenhuma favela ou bairro planejado específico. Embora uma determinada porção de território possa ter sido predominantemente produzida por uma ou outra modalidade, outras dimensões da vida urbana (políticas, simbólicas, sociais etc.) também operam por meio de dinâmicas internas ou externas, envolvendo seres e forças diversas num processo de formação de “territórios existenciais” (Guattari, 1996) que impede classificações dicotômicas e unívocas.

Como se pode ver, o artigo trata de diversas dinâmicas que têm lugar nas cidades considerando as espacialidades como patamar privilegiado de observação. Como pano de fundo, temos como referência uma ampla gama de experiências pessoas de trabalho e pesquisa, desenvolvidas no campo da arquitetura e da antropologia. Mais especificamente,

mobilizamos alguns exemplos de situações encontradas em pesquisas de campo que desenvolvemos ao longo de muitos anos em Montevideu e São Paulo, em áreas periféricas urbanas ou setores economicamente desvalorizados de bairros centrais, nas cidades de Montevideu (Álvarez Pedrosian, 2013; 2018; 2023) e São Paulo (Spira, 2017; 2023).

Nesse contexto, é importante fazer algumas considerações sobre a compreensão do espaço. Não estamos abordando territórios simplesmente como “panos de fundo” ou “recipientes” da vida social. Espaço e tempo não são coordenadas neutras em qualquer experiência humana, como muitas vezes se acreditou (Haesbaert, 2004). Pelo contrário, estudos sobre antropologia do espaço e do lugar têm contribuído com um amplo acervo de conhecimento, geralmente de forma integradora (Low; Lawrence-Zúñiga, 2003). Mais recentemente, a “nova virada materialista” (Miller, 2005) tem se esforçado para compreender as dinâmicas culturais e naturais, considerando tanto as dimensões simbólicas quanto materiais, analisando o capitalismo contemporâneo e conectando a revolução das tecnologias da informação e comunicação com uma ampla gama de entidades, forças e agentes em interação. É nessa linha de pensamento que buscamos inspiração para aprofundar nosso estudo sobre espacialidades, territorialidades e temporalidades, entendendo-as como produtos do encontro indissociável entre experiências sociais/culturais e suas dimensões espaciais e temporais. Essas realidades são sempre específicas de um determinado universo existencial e seus “modos de existência” (Souriau, 2015) ou ontologias, e, portanto, existem em grande diversidade e heterogeneidade.

Práticas espaciais e desenho existencial

Para compreender a distinção entre o fazer-cidade interno e externo, é útil analisar sua relação com algumas classificações conhecidas. Em primeiro lugar, temos a distinção entre áreas formais e informais da cidade, por meio da qual se costuma considerar favelas e bairros planejados em extremos opostos e mutuamente excludentes. Em contrapartida, consideramos as modalidades interna e externa da produção de cidade como presentes em todos os espaços urbanos, presidindo diferentes dinâmicas e combinando-se em diversas proporções. Além disso, no decorrer do tempo, uma modalidade pode adquirir prevalência sobre a outra, alterando os modos de produção e percepção de setores urbanos inteiros, como é o caso de

um bairro com espaços meticulosamente planejados que são ocupados de maneiras imprevistas e improvisadas.

As situações que melhor ilustram o caráter problemático da distinção formal/informal envolvem conjuntos habitacionais planejados e construídos em áreas periféricas urbanas, posteriormente considerados pelas autoridades públicas como assentamentos precários, como no caso da Cuenca de Casavalle, paradigma do que se concebe como “periferia” de Montevideu (Álvarez Pedrosian, 2013). O contrário também pode ocorrer: favelas e ocupações que passam por processos de regularização, sofrendo intervenções para se aproximarem de parâmetros de habitabilidade considerados corretos ou legais. Em áreas centrais da cidade “formal”, por sua vez, é comum encontrar quadras ou edifícios particulares, onde a precariedade aparece de outras formas: espaços desabitados ou parcialmente ocupados, alguns utilizados como pensões ou cortiços, muitas vezes de propriedade duvidosa (Álvarez Pedrosian, 2023). Nestes contextos, as políticas públicas por vezes impulsionam processos de gentrificação como “acumulação por desposseção” (Harvey, 2005). Trata-se de outras configurações da precariedade, onde a composição espacial responde a desígnios próprios, desenvolvendo-se em diferentes escalas de tempo e espaço. Neste conjunto de situações, formal e informal estão presentes em distintas proporções, podendo se alterar com o tempo, sobretudo quando incluímos dimensões sociais, políticas e simbólicas.

Um segundo motivo pelo qual a distinção entre formal e informal é pouco útil para os nossos propósitos é que esses termos implicitamente pressupõem que o informal carece de uma forma. Do mesmo modo, é comum falar em construções “espontâneas”, termos que tendem a subestimar a presença de dinâmicas e tendências bastante específicas, que estão necessariamente presentes em qualquer fazer-cidade. Não podemos pensar que em favelas ou bairros populares qualquer coisa possa ser construída a qualquer momento e em qualquer lugar. Existem, sim, escolhas recorrentes de materiais e técnicas construtivas, padrões estabelecidos para configurar espaços e aberturas nas moradias, formas convencionais de relacionar as edificações umas com as outras e assim por diante. Em nossas pesquisas sobre favelas e ocupações, descrevemos por exemplo, uma tendência de crescimento exponencial das moradias, começando por acréscimos de construções contíguas que, a partir de um certo momento, se generalizam num determinado território, envolvendo dinâmicas específicas de cooperação e conflito entre moradores, com tendência progressiva para a congestão e a

segmentação espacial intensa (Álvarez Pedrosian, 2013, pp. 89-107; Spira, 2024, pp. 396-407).

Podemos dizer que todos os bairros de cidade são em alguma medida construídos a partir de um fundo comum ou coletivo, que vai se formando a partir de consensos e recorrências, configurando assim modos particulares de construir e habitar a cidade. Mesmo em setores urbanos considerados “formais”, regulados por normas de ocupação precisas e padronizadas, a produção do habitat e da vida social busca referência nas dinâmicas e regularidades que se desenvolveram historicamente nas imediações. Em outras palavras, mesmo bairros não construídos a partir da modalidade interna de produção de cidade, sujeitos às regulações “formais” do Estado, possuem espacialidades e relações de socialidade não previstas ou planejadas. Os exemplos a seguir podem ocorrer tanto em áreas consideradas formais quanto informais: certos locais passam a ser utilizados para descartes de lixo e entulho, tornando-se associados a essa prática (Álvarez Pedrosian, 2013, pp. 67-68; Spira, 2023, pp. 307-312); pedestres começam a criar atalhos por áreas ajardinadas, resultando em trechos de grama morta que se consolidam ao longo do tempo; determinadas atividades produtivas ou comerciais se concentram em ruas ou bairros específicos, ou, no sentido contrário, se disseminam por um território, como ocorre com comércios e templos religiosos no interior de muitas favelas e ocupações (Spira, 2014, pp. 257-258); certos grupos ou práticas vão consolidando e fortalecendo sua presença no interior de espaços públicos ou coletivos; variações no mercado imobiliário podem levar bairros inteiros a processos de valorização, gentrificação ou decadência e assim por diante.

Nossas pesquisas etnográficas frequentemente nos colocam diante de situações como estas. Uma delas, particularmente marcante em sua radicalidade, é a *Plaza Acción Directa*, um caso de urbanismo disruptivo. Localizada no bairro central de *El Cordón* em Montevideu, dentro do histórico segundo alargamento da cidade, trata-se de um espaço público precário por natureza, criado por um coletivo autodefinido como anarquista. Este coletivo ocupou deliberadamente um terreno onde as autoridades municipais haviam sido obrigadas a demolir um edifício em ruínas. Com o apoio dos moradores locais, temerosos de que o terreno fosse ocupado por carros, o coletivo tem se estabelecido em torno de uma esquina, que por sua vez atrai outros tipos de agentes e práticas urbanas, desde concertos musicais até venda de produtos hortifrutigranjeiros, moradores de rua, grafiteiros, entre outros. Seu futuro é tão incerto quanto seu presente (Álvarez Pedrosian; Vigo, 2020, pp. 480-485). Em outra pesquisa, observamos que mesmo dentro de instituições públicas, como os Centros

Educacionais Unificados de São Paulo, onde os espaços são rigidamente regulamentados em termos de uso e ocupação, usuários e funcionários têm margens consideráveis de manobra para escolher lugares para a realização de atividades, para definir a posição de móveis e equipamentos, para configurar áreas de fluxo e permanência e assim por diante (Spira, 2017, pp. 187-242).

Outra distinção relevante para esclarecer a abordagem proposta é o par hilomórfico/morfogenético (Ingold, 2013). No modo de produção hilomórfico, existe uma separação entre as instâncias de pensamento e realização, o que, no contexto urbano, implica em legislações urbanas que regulam o uso e ocupação do solo, bem como projetos arquitetônicos que determinam a configuração final das construções.

Na morfogênese, por outro lado, ocorre uma contínua interação entre pensamento e ação, entre planejamento e execução. Nas favelas, em grande medida, planejar e construir fazem parte de uma mesma atividade. Contudo, a definição de morfogênese não se alinha exatamente com o que entendemos como a maneira interna de construir a cidade, por uma razão contrária àquela pela qual criticamos o termo “informal”. Enquanto anteriormente afirmamos que nem tudo pode ser construído a qualquer momento e que é necessário considerar o fundo coletivo que orienta as práticas, agora é preciso reconhecer a existência de rupturas, descontinuidades e irregularidades no processo de construção e consolidação da cidade. Ou seja, as práticas de produção e ocupação urbana não são inteiramente determinadas pelo contexto coletivo, pois este não é um repertório estático de possibilidades, sendo passível de mudanças trazidas pelas próprias intervenções e práticas.

Estas descontinuidades contradizem uma premissa subjacente à definição de morfogênese, que pressupõe uma relação coerente ou sinérgica entre parte e todo. Ao menos nas análises desenvolvidas por Ingold (2013), a morfogênese se assemelha às ações de um artesão ou sujeito que, a cada momento, adapta suas ações com base no contexto geral do que está sendo produzido, o que não ocorre nas cidades.

Na pesquisa etnográfica em favelas e ocupações da Vila Maria, diversas situações envolviam quebras de consenso, por exemplo sobre quais espaços podiam ser ocupados, quais as distâncias aceitáveis entre construções vizinhas, e assim por diante. Muitas vezes, um morador cravava uma estaca numa área desocupada ou avançava uma laje sobre uma viela, marcando uma ruptura de consensos e dando início a uma onda de transformações nas imediações (Spira, 2023, pp. 401-407, 420-427). Podemos dizer que, nas “espacialidades de labirinto” pelas quais as favelas são conhecidas (Álvarez Pedrosian, 2013, p. 99-115), o

repertório coletivo dos modos de construção não garante uma conformidade ou coerência geral das estruturas e ocupações, sobretudo porque as pessoas produzem seu habitat em circunstâncias extremas, nas quais a vida está frequentemente ameaçada, devendo responder a condicionantes diversos e pouco previsíveis. Trata-se de um fazer-cidade que possui uma organicidade marcante e uma concretude poderosa, frequentemente valorizando singularidades, inventividades e formas únicas de apropriação dos padrões disponíveis, sem deixar de considerá-los.

Em outra pesquisa, nas margens do arroio Pantanoso, na região Oeste de Montevidéu, observamos investigamos as dinâmicas do habitar no contexto de uma política de promoção da autoconstrução em mutirões: o chamado Plano Socio-habitacional Juntos, criado durante o governo de José “Pepe” Mujica no Uruguai (Álvarez Pedrosian, 2018). Entre outros aspectos, a pesquisa identificou conflitos e desencaixes entre pessoas, coisas e forças envolvidas nas obras, inclusive a partir do difícil encontro entre os conhecimentos dos técnicos e da população, mais familiarizada com técnicas artesanais de construção. Em meio a malhas de ferro, formas de madeira, concretagens e rolos de material isolante procuramos mostrar que o estudo da criação de mundos deve levar em conta as experiências concretas que as subjetividades desenvolvem com cada tipo de elemento construtivo, através de diálogos com as materialidades, em um processo de produção do ambiente marcado pela complexidade e interdependência (Ingold, 2013).

Nesse sentido, podemos associar a modalidade interna do fazer-cidade a uma prática radical e altamente criativa, caracterizada pela improvisação, pelo risco e pela ruptura com as expectativas estabelecidas. Com o passar do tempo, é natural que ocorra uma consolidação e o estabelecimento de regularidades, e é evidente como muitas favelas vão gradativamente cristalizando um repertório comum que orienta critérios de ocupação do espaço, até mesmo relações políticas e identidades internas. No entanto, assim como nos indica a termodinâmica por meio do estudo da entropia, as composições em geral — e as cidades não são exceção — tendem à desestruturação e à desagregação, estão constantemente em movimento e são impermanentes (Prigogine; Stengers, 1991).

Nesse ponto, é relevante destacar notáveis paralelos entre as favelas e o mercado capitalista. Em certo sentido, ambos operam por meio de uma modalidade interna de práticas de fazer, o que resulta em desterritorializações radicais (Deleuze; Guattari, 1995), impulsionadas por um fundo coletivo altamente maleável. No mercado, vemos o surgimento de novos produtos, necessidades e subjetividades que são transmitidas através da microfísica

das transações, sem necessariamente obedecer a restrições ou regulamentações externas que as limitem. Da mesma forma, nas favelas, a ausência de regulações estatais tende a ampliar e diversificar os repertórios comuns disponíveis para as práticas dos moradores urbanos, resultando em uma situação de insegurança e imprevisibilidade, muitas vezes de perda de controle, medo e violência. É precisamente por estarem excessivamente sujeitas à modalidade interna do fazer-cidade que podemos associar certas dinâmicas presentes nas favelas ao que chamamos de precariedade, mas isso também se aplica às forças do mercado de maneira geral (López Petit, 2009).

Técnicos e cidadãos: agentes e suas agências

Até este ponto, analisamos espacialidades independentes de um saber-fazer externo à realidade cotidiana das práticas. No entanto, é comum que ocorram exterioridades, ou seja, poderes externos que se formam anteriormente e/ou em outros lugares, e que incidem e limitam as ações das pessoas. Referimo-nos aqui às legislações urbanas ou aos projetos arquitetônicos que determinam, em certa medida, a configuração dos espaços e atividades a serem realizadas. Falamos do exercício do poder do Estado sobre a vida social, por meio de suas forças policiais, fiscais e funcionários. No entanto, também devemos incluir poderes que se constituíram por dinâmicas internas, mas que adquirem graus variados de autonomia, como no caso de lideranças ou associações de moradores em favelas, ocupações, edifícios, condomínios fechados e assim por diante.

É de suma importância estudar a relação entre os territórios do habitar cotidiano e suas exterioridades, inclusive para superar outra dicotomia presente na análise social, a dicotomia entre acontecimento e estrutura. Em vez disso, devemos considerar as exterioridades não como algo externo, mas sim como parte integrante do campo de imanência das práticas. Nesse sentido, as exterioridades são “o fora que está dentro” (Álvarez Pedrosian, 2011). Isso nos permite compor diagramas de forças como conexões parciais (Strathern, 2004) e arranjos inacabados, com suas fragmentações, fricções e fusões. No entanto, é importante ressaltar que as exterioridades são integrantes de qualquer território e representam um componente fundamental de desterritorialização, ao mesmo tempo em que territorializam interesses, forças e significados provenientes de universos existenciais externos aos predominantes em uma determinada localidade (Deleuze; Guattari, 1995). Nesse contexto, as espacialidades da

precariedade seriam representadas pela chegada de exterioridades que produzem polarizações extremas entre elas e a imanência das práticas, resultando em uma verdadeira “inclusão por exclusão” (Sawaia, 2009).

Antes de prosseguir para o desenvolvimento desses nexos, faremos um exercício para entender como as exterioridades surgem a partir de um contexto social atomizado e desarticulado, onde o que chamamos de fundo comum ou coletivo é mínimo ou inexistente. Trata-se de um exercício heurístico que nos permitirá fazer um contraponto e uma distinção com o que discutimos no tópico anterior.

Em um extremo, podemos considerar uma situação de fragmentação máxima, composta por moradores que buscam isolar suas moradias por meio de muros, grades e outros elementos, na tentativa de configurar espacialidades e subjetividades próprias em um ambiente que consideram indesejável ou hostil. A partir desse ponto, é possível avançar em direção a relações mínimas de socialidade, restritas no espaço e no tempo, focadas na resolução de problemas prementes e temporários, movidas talvez por uma “necessidade de imediatismo” (Rostagnol, 2003). Vizinhos que se reúnem para inibir o descarte de lixo nas proximidades de suas moradias ou para lidar com problemas semelhantes não necessariamente estabelecem vínculos variados ou duradouros (Spira, 2024, pp. 298-312). Podemos também pensar nas reuniões de condomínio para resolver questões de segurança e iluminação num edifício de apartamentos, entre outros exemplos.

Em um nível mais amplo, temos as exterioridades formadas pelo conjunto de moradores de uma área mais abrangente, mobilizados de forma mais permanente por meio de associações. Aqui é possível dizer que começam os processos de subjetivação política. Muitas vezes, os coletivos configuram lugares ou estruturas próprias, como a sede de uma associação, um espaço para a realização de assembleias e até mesmo uma praça capaz de abrigar públicos e atividades em alternância, de acordo com regras estabelecidas pela entidade coletiva. Em certos casos, a formação de uma identidade comunitária pode envolver um ato de fundação no plano simbólico, materializado pela atribuição de um nome próprio, como quando uma favela ou assentamento é batizado por seus moradores, o que pode repercutir num ganho de força política, a exemplo do que ocorreu nos anos 1980 com as favelas mais mobilizadas da Vila Maria, em São Paulo (Spira, 2024, p. 183). As composições coletivas assim constituídas assumem a forma de subjetividades, ou seja, identidades culturais dotadas de agência e poder de escolha. Podem, além disso, gerar relações de contraste e oposição nas imediações, como ocorre nas dinâmicas do tipo *outsider/insider*

(Elias; Scotson, 2000), em que grupos identitários, migratórios ou étnicos se veem como diferentes e inconciliáveis. Encontramos estas diferenciações repetidamente em nossos trabalhos de campo etnográficos, tanto como causa quanto como consequência de uma lógica de fragmentação predominante (Álvarez Pedrosian, 2013, pp. 61-71). Nos contextos de precariedade que estamos abordando, tais oposições podem assumir proporções dramáticas, o que, nos termos de Levinas, significa a não apreensão da condição de precariedade do Outro (*apud* Butler, 2004).

Finalmente, o Estado representa uma exterioridade no âmbito mais abrangente, mas também podemos considerar diferentes graus e estratos dentro do próprio aparato estatal, como secretarias, prefeituras e governo federal. Assim, se no tópico anterior associamos o mercado como uma dinâmica interna às práticas e produtora de desterritorializações máximas, agora o Estado surge como uma exterioridade capaz de suscitar desterritorializações radicais à sua maneira (Das; Poole, 2008).

Nesse sentido, é relevante destacar novamente a situação etnográfica vivenciada nas ações dentro dos planos de construção de moradias sociais, onde se busca a participação da população no processo arquitetônico (Álvarez Pedrosian, 2018). Geralmente, a participação fica limitada ao aspecto construtivo, deixando de lado ou sendo muito difícil alcançar um envolvimento em termos de planejamento, design ou concepção, como argumentado anteriormente. É assim que as orientações -incluindo as tomadas de decisão- que determinam as materializações operam, nesses casos, desde a autoridade de forças abstratas até o contexto de vida ou plano de imanência respectivo, impondo, portanto, uma modelagem exclusiva e excludente do tipo hilomórfico, embora na prática não seja absoluta. Isso desqualifica os moradores perante os agentes externos, contradizendo a suposta busca pela promoção da autonomia e, com isso, dificultando o estabelecimento de processos efetivos de superação da precariedade inicial. A dicotomia epistêmica entre os técnicos sociais (trabalho social, educação social, em alguns casos antropologia) e os técnicos materiais (principalmente arquitetura e engenharia civil), bem como a falta de diálogo e a consequente recorrente falta de coordenação entre esses agentes, contribui para configurar esse cenário adverso (Álvarez Pedrosian, 2018, pp. 49-56). Para além da construção de moradias propriamente dita, diversas políticas públicas podem se concretizar no território como imposições, descoladas das dinâmicas e necessidades locais, sem as mediações físicas e administrativas necessárias para se adequar ao entorno urbano. Na pesquisa desenvolvida em São Paulo sobre os Centros Educacionais Unificados, por exemplo, o sucesso do equipamento junto à população

dependia em grande medida da capacidade de gestores e funcionários de adaptar o edifício e as normas de funcionamento à realidade social local, através de combinações entre convites e proibições, aberturas e controles de acesso, na medida do possível contrariando as intenções da política pública e dos projetos de arquitetura destes equipamentos (Spira, 2014, pp. 113-186).

Algumas exterioridades se constituem no contexto interno dos bairros em que atuam, como no caso das lideranças ou associações de moradores. Ao chamá-las de exterioridades, queremos dizer que elas não podem ser simplesmente consideradas como instâncias representativas da vontade coletiva, análogas aos representantes políticos eleitos em uma democracia (Spira, 2024, p. 187). Na verdade, nem mesmo nossas democracias são totalmente compreensíveis por meio desse princípio de representatividade, e, para muitos propósitos, é melhor pensar em políticos, partidos e associações como inteligências relativamente independentes, movidas por objetivos que muitas vezes não coincidem com os de seus representados (Schumpeter, 1942). A partir do plano de imanência e variação contínua em que se situam as práticas cotidianas, qualquer poder constituído tende a se configurar como uma exterioridade.

Por outro lado, é importante considerar as exterioridades que vêm de fora e que, por isso mesmo, estabelecem relações de alteridade mais radicais com um determinado contexto social. Nessas situações, as relações de identidade ou de entendimento mútuo são ainda mais distantes. Nesse sentido, é preciso pensar em “conexões parciais” (Strathern, 2004) entre subjetividades tão diferentes quanto as de policiais, agentes de saúde, arquitetos, fiscais, lideranças, associações e moradores de favelas. Em muitos casos, trata-se de conexões entre ontologias distintas em busca de acordos pragmáticos, mas que inevitavelmente transformam significativamente os mundos sociais conectados. Podemos pensar que múltiplos agentes atuam em diversas cadeias de processos, aliando-se, opondo-se, estabelecendo diferentes tipos de relações, o que muitas vezes envolve laços passíveis de serem rompidos diante dos menores acidentes. Por outro lado, em alguns casos as entidades podem se entrelaçar intimamente, a ponto de não poderem mais ser vistas como distintas.

A maior parte destas relações são de natureza hilomórfica, ou seja, ganham corpo numa instância anterior à imanência das práticas, muitas vezes envolvendo um conhecimento técnico que não é acessível a todos os envolvidos, como no caso de um projeto arquitetônico ou de um regulamento institucional. Isso resulta em assimetrias intransponíveis entre as subjetividades envolvidas. Neste contexto, tentativas de ampliar a participação e democratizar

o processo decisório sempre encontram limites: muitas vezes é melhor admitir a existência de assimetrias de poder e esperar que sejam exercidas de forma equitativa e sensata. A questão é como as assimetrias de conhecimento/poder podem ser mobilizadas não para produzir dominação, mas para combatê-la, em um contexto de autoridade legitimada ou consentida.

É verdade que o conhecimento técnico ou especializado, muitas vezes desenvolvido distante da realidade social sobre a qual incide, desconhece e negligência sistematicamente questões de importância crucial que podem causar impactos desastrosos. Um exemplo clássico são os conjuntos habitacionais, que tendem a ser construídos sem considerar adequadamente as relações com o entorno, o que contribui para a precariedade (De Certeau, 2000). No entanto, esse problema não deve ser diretamente atribuído às exterioridades em si. Assimetrias de poder e o hilomorfismo são necessários e constitutivos das exterioridades. Quando se trata de realizar intervenções tão complexas quanto a construção de edifícios ou a implementação de programas de saúde, por exemplo, o planejamento prévio é indispensável. A modalidade interna de produção da cidade não deve ser romantizada como se fosse capaz de lidar com a ação coletiva em nossas complexas sociedades modernas.

Buscando inspiração em Roy Wagner (2010) podemos encontrar uma diferença crucial entre o que chamamos de fundo comum, orientador da modalidade interna do fazer-cidade, e o que estamos chamando agora de externalidades. No primeiro caso, o padrão coletivo configura um ponto de partida de práticas e transformações do território que, por sua vez, podem ser compreendidas a partir de sua individualidade e singularidade. De acordo com o que já foi observado, mesmo partindo de convenções predominantes, cada transformação traz a possibilidade de rupturas e quebras de padrão. As externalidades, por sua vez, descrevem um movimento inverso: partem de moradores isolados que estabelecem acordos temporários, e produzem níveis cada vez mais amplos e estáveis de articulação, passando por associações de moradores até chegar em instâncias oficiais de governo. Assim, quanto maior o alcance, menor é o vínculo das externalidades com as realidades sociais afetadas.

Podemos concluir a discussão afirmando que a precariedade surge quando uma ou outra das modalidades que apresentamos hegemoniza o processo de constituição do habitat urbano. Se a modalidade externa do fazer-cidade adquire proeminência, reduz-se o espaço para a inventividade das práticas e para o desenvolvimento de um fundo comum que as oriente. Os condomínios fechados fornecem um exemplo paradigmático, caracterizados por altos padrões de controle e previsibilidade que fragmentam a vida social em unidades autossuficientes, que parecem negar até mesmo a passagem do tempo, na medida em que

apresentam baixa capacidade de mudança e adaptação. Por outro lado, quando a modalidade interna do fazer-cidade se impõe de forma contundente, temos a sensação de desordem e fragilidade diante das transformações que se acumulam, dificultando até mesmo a construção de subjetividades.

A palavra “desenho” tem uma relação etimológica com a ideia de “desígnio”, o que remete a fins predeterminados que são produzidos em um processo hilomórfico (Flusser, 2002). Esses fins podem ser associados à modalidade interna do fazer cidade, que é entendida como meio ou mediação em direção a esses fins. A precariedade como condição existencial pode ser definida, então, como uma tendência ao aprisionamento em situações dominadas seja pelos meios, seja pelos fins. Nesse contexto, encontramos espaços associados ao luxo, onde as pessoas parecem habitar uma maquete, uma ideia abstrata quase desprovida de materialidade. Por outro lado, há ambientes insalubres e perigosos, com níveis de incerteza intoleráveis, que impedem as pessoas de levantar a cabeça e imaginar futuros possíveis. Ambas as situações resultam em uma espécie de presente eterno, desprovido de perspectivas. Para o desenvolvimento da vida urbana, é interessante pensar numa complementaridade múltipla, não dicotômica, que torna possível às subjetividades (individuais e coletivas) projetarem-se e seguirem concretizando seu projeto passo a passo.

A título de encerramento

Procuramos refletir sobre os desafios e as potencialidades presentes em uma etnografia da construção de espacialidades e dos processos de subjetivação em contextos urbanos contemporâneos. Tratamos do problema do pertencimento e do aumento da capacidade de agir e criar por meio da construção de vínculos entre lugares e sujeitos diversos, envolvidos em práticas tão distintas quanto projeto, construção, ocupação e configuração de “territórios existenciais” (Guattari, 1996).

Procuramos complexificar e questionar certas dicotomias características do pensamento moderno, como cidade formal e informal, hilomórfico e morfogenético, cidadãos e Estado, entre outras. Ao fazer isso, manifestamos afinidade com um pensamento da complexidade, da heterogeneidade e do específico, em oposição a explicações simplistas que frequentemente surgiram no âmbito teórico e que, muitas vezes, serviram para homogeneizar, estigmatizar e elaborar explicações simplórias para problemas complexos. Essas explicações,

por fim, exercem poder sobre territórios e populações, como no caso das narrativas que atribuem aos pobres a responsabilidade pela construção das favelas, ou aquelas que se contentam em culpar o Estado e sua inércia pela situação “caótica” de nossas cidades, entre outras. Partimos da ideia de que o reconhecimento da heterogeneidade de processos e agentes que atuam na cidade tem o potencial de criar vínculos e alianças, em contraste com a relação entre homogeneização e desarticulação (Strathern, 2004).

Bibliografia

- Álvarez Pedrosian, Eduardo. *El afuera en el adentro. Estética, nomadismo y multiplicidades*. Montevideo: Liccom-Udelar, 2011.
- Álvarez Pedrosian, Eduardo. *Casavalle bajo el sol. Investigación etnográfica sobre territorialidad, identidad y memoria en la periferia urbana de principios de milenio*. Montevideo: CSIC-Udelar, 2013.
- Álvarez Pedrosian, Eduardo. *Crónicas de un nuevo habitar. Producción de subjetividad urbana entre las mediaciones de un plan sociohabitacional*. Montevideo: CSIC-Udelar, 2018.
- Álvarez Pedrosian, Eduardo (Dir.) *La Ciudad Novísima*. Montevideo: CSIC-Udelar, 2023.
- Álvarez Pedrosian, Eduardo; Vigo, Denise. “Acción Directa: una plaza de nadie y de todos”. *Illuminuras*, 2020, 21, n. 54, pp. 478-499. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/103197>
- Butler, Judith. *Precarious life. The powers of mourning and violence*. London – New York: Verso, 2004.
- Das, Veena; Poole, Deborah. “El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas”. *Cuadernos de Antropología Social*, 2008, 27, pp. 19-52. Disponível em <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/4328>
- De Certeau, Michel. *A invenção do cotidiano I: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia II*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- Elias, Norbert; Scotson, John. *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- Flusser, Vilém. *Filosofía del diseño: la forma de las cosas*. Madrid: Síntesis, 2002.
- Guattari, Félix. *Caosmose: Um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- Haesbaert, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- Havey, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

Ingold, Tim. *Making: anthropology, archaeology, art and architecture*. London – New York: Routledge, 2013.

López Petit, Santiago. *La movilización global. Breve tratado para atacar la realidad*. Madrid: Traficante de Sueños, 2009.

Low, Setha. M.; Lawrence-Zúñiga, Denise. (edit.) *The anthropology of space and place: locating culture*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

Marchand, Trevor H. J. *The Masons of Djenné*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2009.

Miller, Daniel. (ed.) *Materiality*. Durham – London: Duke University Press, 2005.

Prigogine, Ilya; Stengers, Isabelle. *A nova aliança: metamorfose da ciência*. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

Rostagnol, Susana. “Representaciones y prácticas sobre sexualidad y métodos anticonceptivos. Hombres de sectores pobres urbanos.” *Anuario de Antropología Social y Cultural en Uruguay 2002-2003*, Montevideo: Udelar-Nordan, pp. 39-55, 2003.

Sawaia, Bader. (org.) *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Schumpeter, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. São Paulo: Unesp, 2017.

Souriau, Étienne. *The different modes of existence*. Minneapolis: Univocal Press, 2015.

Spira, Vinícius. *Desafios do acolhimento: espaço, política e pedagogia nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) de São Paulo*. São Paulo: Humanitas, 2017.

Spira, Vinícius. *Ocupar como forma de vida: construção e dissolução de espaços e mobilizações coletivas em favelas e ocupações da Vila Maria, São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Strathern, Marilyn. *Partial connections*. Walnut Creek, CA: AltaMira Press, 2004.

Wagner, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.